



RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO 4º TRIMESTRE -2025

(outubro a dezembro)

CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL SERGIPE - CPAC

janeiro de 2026

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO 4º TRIMESTRE -2025

(outubro a dezembro)

CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL SERGIPE - CPAC
CNPJ: 15.314.802/0001-43

DIOGO MENEZES MACHADO
Presidente

EVANILSON SANTANA SANTOS
Superintendente

FERNANDA OLIVEIRA GOIS LIMA
Controle Interno

Sumário

1 – INTRODUÇÃO	3
2 - IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	3
3 - ASPECTOS DO CICLO ORÇAMENTÁRIOS	3
3.1 - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	3
4 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E GESTÃO FISCAL	5
4.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - RECEITA	5
4.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA – DESPESAS	5
4.2.1 DENTRE ALGUMAS DESPESAS REALIZADAS FORAM ACOMPANHADAS AS SEGUINTE:	6
4.3 - RESTOS A PAGAR	6
4.4 – RECEITA E DESPESAS EXTRA ORÇAMENTARIA	7
4.5 - DESPESAS COM PESSOAL	7
4.6 - ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO	8
5 - LICITAÇÃO E CONTRATOS	8
6 - BALANCETES	9
7 – SERVIDORES	9
8 – CONCLUSÃO	10

1 – INTRODUÇÃO

Como responsável pelo controle interno da Autarquia Intermunicipal do Consórcio Público do Agreste Central – Sergipe (CPAC), apresento o **Relatório Trimestral**, referente ao **4º trimestre do exercício financeiro de 2025**, em estrita observância aos dispositivos legais e normativos aplicáveis. Este relatório atende ao que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, o artigo 76 da Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Resolução nº 206/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

O objetivo principal deste documento é demonstrar, de forma transparente e sistemática, as atividades de acompanhamento e fiscalização interna dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de compras e de almoxarifado realizados no âmbito do CPAC. As análises aqui descritas visam assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos consorciados.

O fortalecimento dos mecanismos de controle interno contribui para a melhoria da governança pública, prevenção de irregularidades e suporte à tomada de decisões estratégicas por parte da alta administração do consórcio. Este relatório, portanto, constitui uma ferramenta essencial de apoio à gestão responsável, colaborando com a obrigação de prestar contas e com a consolidação de uma cultura organizacional orientada por boas práticas de controle, integridade e conformidade.

2 - IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

- GESTORES/ORDENADORES
PRESIDENTE: **DIOGO MENEZES MACHADO**
SUPERINTENDENTE: **EVANILSON SANTANA SANTOS**
- CONTROLE INTERNO
CONTROLADORA: **FERNANDA OLIVEIRA GOIS LIMA**

3 - ASPECTOS DO CICLO ORÇAMENTÁRIOS

O **ciclo orçamentário** é o conjunto de etapas que envolvem a preparação, aprovação, execução e controle do orçamento público. Trata-se de um processo contínuo e essencial para garantir o uso eficiente, transparente e legal dos recursos públicos. Cada fase do ciclo orçamentário é fundamental para a boa governança, contribuindo para o equilíbrio fiscal, a responsabilidade na gestão pública e a promoção do interesse coletivo.

3.1 - Planejamento Orçamentário

- ✓ RESOLUÇÃO DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA ANUAL, 02 DE 11 DE ABRIL DE 2024. VIGÊNCIA 2025.

✓ RESOLUÇÃO ORÇAMENTARIA ANUAL, 01 DE 11 DE ABRIL DE 2024.
VIGÊNCIA 2025.

A Resolução Orçamentária Anual estimou a receita e fixou a despesa com mesmo valor, totalizando de **R\$ 9.368.000,00 (Nove milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais)**, organizados da seguinte forma:

UNIDADE GESTORA	PREVISÃO ROA
CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL	R\$ 9.368.000,00
Total	R\$ 9.368.000,00

Os dados na tabela 1 a seguir reproduzem resumidamente a previsão de receitas e fixação de despesas para o exercício financeiro do período em análise. Observe:

RECEITA CORRENTE	R\$ 6.717.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 20.000,00
Transferência Correntes	R\$ 6.697.000,00
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 2.651.000,00
Transferência de Capital	R\$ 2.651.000,00
CONSOLIDAÇÃO	R\$ 9.368.000,00
DESPESAS CORRENTES	R\$ 6.717.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 800.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 5.917.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.651.000,00
Investimentos	R\$ 2.650.500,00
Amortização da Dívida	R\$ 500,00
CONSOLIDAÇÃO	R\$ 9.368.000,00

TABELA 1

A principal fonte de receita do Consórcio Público do Agreste Central (CPAC) advém majoritariamente das Transferências de Municípios a Consórcios Públicos através do Contrato de Rateio. Este fluxo financeiro é composto por repasses dos municípios consorciados, que podem incluir valores referentes a serviços específicos, como o recebimento e destinação final de resíduos, bem como percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para manutenção das atividades do consórcio. Dessa forma, as transferências diretas dos municípios constituem a principal base financeira do CPAC, garantindo o suporte necessário para a execução das atividades.

A previsão orçamentária é fundamental para garantir o equilíbrio financeiro do Consórcio Público do Agreste Central, permitindo o planejamento e a execução eficiente das ações voltadas ao desenvolvimento intermunicipal sustentável dos entes consorciados.

4 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e GESTÃO FISCAL

A análise visa identificar o desempenho arrecadatário da autarquia no trimestre do exercício, bem como verificar o cumprimento das metas previstas na Resolução Orçamentária Anual, a regularidade dos repasses e a conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade fiscal. Os dados analisados fornecem subsídios para o planejamento financeiro, o controle interno e a transparência da gestão pública consorciada.

4.1 – Execução Orçamentaria - Receita

A tabela abaixo demonstra a execução da receita orçamentária do CPAC no período analisado, demonstrando os valores arrecadados no trimestre e acumulados no exercício, permitindo o acompanhamento da origem dos recursos que financiam as atividades do consórcio.

Detalhamento Mensal da Receita Orçamentária – 4º Trimestre 2025					
Categoria	Outubro (R\$)	Novembro (R\$)	Dezembro (R\$)	Total 4º Trimestre (R\$)	Acumulado (R\$)
Receita Corrente Arrecadada	451.836,81	461.733,02	497.771,88	1.411.341,71	5.347.780,22
Receita Patrimonial	1.239,22	606,88	321,71	2.167,81	13.087,13
Total	453.076,03	462.339,90	498.093,59	1.413.509,52	5.360.545,64

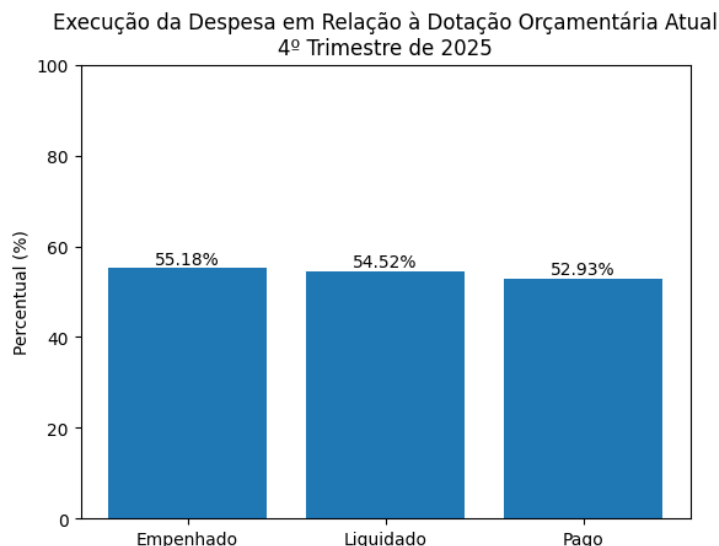
No período de outubro a dezembro de 2025, a arrecadação da receita orçamentária apresentou comportamento regular, conforme demonstrado no quadro acima, evidenciando o ingresso mensal de recursos necessários à manutenção das atividades do Consórcio.

4.2 - Execução Orçamentaria – Despesas

A tabela abaixo da Despesa Orçamentária do Consórcio Público do Agreste Central apresenta a execução das despesas previstas no orçamento, evidenciando os valores executados nos estágios de empenho, liquidação e pagamento.

Detalhamento Mensal da Despesas Orçamentária – 4º Trimestre 2025					
Categoria	Outubro (R\$)	Novembro (R\$)	Dezembro (R\$)	Total 4º Trimestre (R\$)	Acumulado (R\$)
Empenho	67.818,78	178.889,37	-502.719,09	246.708,15	5.169.315,43
Liquidação	478.200,53	639.699,28	550.272,94	1.668.172,75	5.106.089,11
Pagamento	474.550,00	475.424,98	576.122,88	1.526.097,86	4.957.768,62

O detalhamento mensal da despesa orçamentária do CPAC no 4º trimestre de 2025 evidencia a execução das despesas nos estágios de empenho, liquidação e pagamento, distribuídos entre os meses de outubro, novembro e dezembro. Observa-se que os empenhos do período totalizaram R\$ 246.708,15, sendo que o valor negativo registrado no mês de dezembro decorre de estornos de empenhos anteriormente realizados, em razão de ajustes de encerramento do exercício, tais como adequação de saldos, anulações de empenhos não liquidados e correções decorrentes da reavaliação das obrigações efetivamente constituídas.



O gráfico acima demonstra o percentual de execução das despesas empenhadas, liquidadas e pagas até o final do 4º trimestre de 2025, em relação à Dotação Orçamentária Atual do Consórcio, evidenciando a evolução equilibrada da execução orçamentária e financeira no período analisado.

4.2.1 Dentre algumas despesas realizadas foram acompanhadas as seguintes:

- Diárias – 3390140000 | Fonte 18800000

No 4º trimestre de 2025, não houve pagamento de diárias, conforme demonstrativos contábeis analisados, não sendo registrada execução financeira para a referida rubrica no período.

4.3 - Restos a pagar

O Demonstrativo de Restos a Pagar evidencia as obrigações assumidas pelo Consórcio Público do Agreste Central - CPAC e não quitadas até o encerramento do exercício financeiro, classificadas em Restos a Pagar Processados e Não Processados, conforme dispõe a legislação vigente.

Ao final do exercício de 2025, o consórcio apresentou Restos a Pagar no montante total de R\$ 351.612,89, sendo R\$ 288.386,57 referentes a Restos a Pagar Processados e R\$ 63.226,32 relativos a Restos a Pagar Não Processados.

Os Restos a Pagar Processados correspondem a despesas regularmente empenhadas e liquidadas, pendentes apenas de pagamento, enquanto os Restos a Pagar Não Processados referem-se a despesas empenhadas, porém ainda não liquidadas até o encerramento do exercício, cujas obrigações serão oportunamente verificadas quanto à sua execução.

Registra-se que a inscrição dos Restos a Pagar observou os princípios da legalidade, da competência e da continuidade do serviço público, estando os valores devidamente registrados no sistema contábil oficial, com identificação dos respectivos credores, empenhos e datas, conforme demonstrativo contábil.

Ressalta-se que os Restos a Pagar inscritos serão objeto de acompanhamento pela Controladoria Interna, quanto à regularidade da execução, liquidação e pagamento no exercício subsequente.

4.4 – Receita e Despesas Extra Orçamentaria

A tabela apresenta a movimentação das receitas e despesas extraorçamentárias do CPAC no período de outubro a dezembro de 2025, evidenciando o saldo inicial, os valores ingressados e os montantes repassados no período. Observa-se que as receitas extraorçamentárias decorreram, principalmente, de retenções legais incidentes sobre pagamentos realizados, enquanto as despesas corresponderam aos respectivos recolhimentos e repasses aos entes e instituições competentes. Ao final do período, registrou-se saldo extraorçamentário de R\$ 93.443,98, representativo de obrigações financeiras pendentes de repasse, devidamente controladas em contas específicas, sem impacto na execução orçamentária do consórcio.

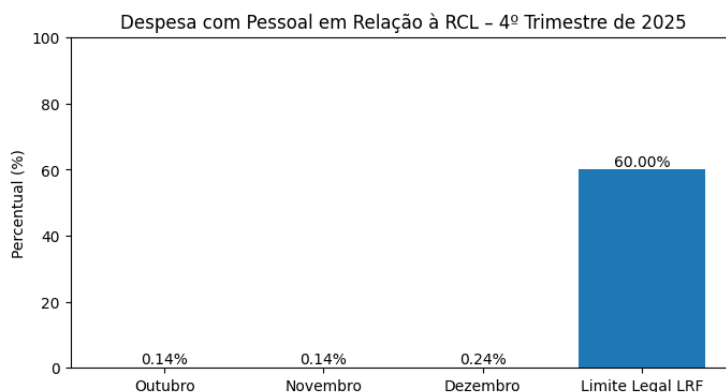
Descrição	Valor (R\$)
Saldo Extraorçamentário Anterior	39.960,59
Receitas Extraorçamentárias no Período (Out-Dez)	33.793,04
Receitas Extraorçamentárias Acumuladas no Exercício	104.712,89
Despesas Extraorçamentárias no Período (Out-Dez)	18.475,47
Despesas Extraorçamentárias Acumuladas no Exercício	51.229,50
Saldo Extraorçamentário Final	93.443,98

Ressalta-se que os saldos extraorçamentários serão devidamente acompanhados e regularizados no exercício subsequente, observando-se os prazos legais de recolhimento e as normas aplicáveis à contabilidade pública.

4.5 - Despesas com pessoal

Com o objetivo de evidenciar de forma detalhada o comportamento mensal da despesa com pessoal, apresenta-se, a seguir, a representação gráfica dos percentuais apurados no

4º trimestre de 2025, em comparação com o limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.



A análise do gráfico evidencia que, ao longo do 4º trimestre de 2025, os percentuais mensais da despesa com pessoal do CPAC, em relação à Receita Corrente Líquida, mantiveram-se significativamente inferiores ao limite legal de 60% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.6 - Almoxarifado e Patrimônio

O inventário de material de consumo (almoxarifado), referente ao período de 01/10/2025 a 31/12/2025, observa-se movimentação integral dos materiais adquiridos, com entradas no valor de R\$ 35.751,78 e saídas no mesmo montante, resultando em saldo final zerado, o que indica consumo total dos materiais no período e adequada compatibilização entre aquisição e utilização, sem geração de estoque residual.

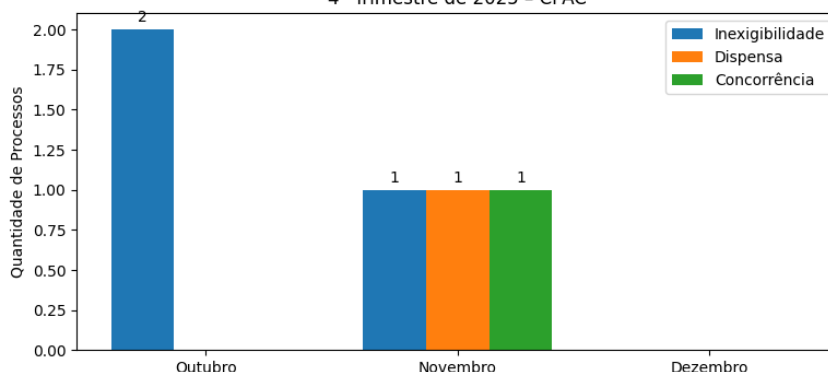
A análise da situação patrimonial do Consórcio Público do Agreste Central – CPAC demonstra que o controle dos bens móveis, imóveis e materiais de consumo encontra-se devidamente registrado e organizado nos sistemas oficiais, conforme os inventários consolidados emitidos no exercício. O Inventário de Bens Imóveis registra 28 bens, avaliados no montante de R\$ 715.144,98.

No que se refere aos bens móveis, o inventário aponta a existência de 171 itens, com valor histórico total de R\$ 1.782.756,77, demonstrando a composição do patrimônio mobiliário utilizado no suporte às atividades administrativas e operacionais. Registra-se que o valor corrigido não se encontra atualizado no demonstrativo, situação que não compromete o controle físico dos bens, mas que demanda acompanhamento quanto à atualização monetária, conforme normas patrimoniais aplicáveis.

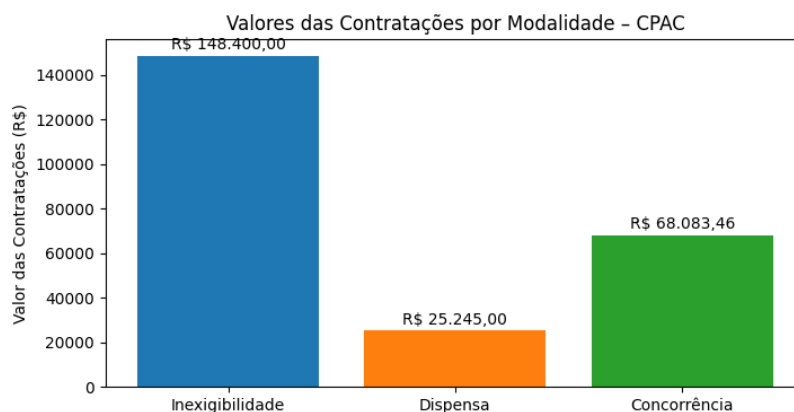
5 - LICITAÇÃO E CONTRATOS

No trimestre foram realizadas 5 (cinco) contratações, sendo 3 (tres) inexigibilidades 10 1(uma) dispensa, e 1 (uma) concorrência, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Processos Licitatórios por Modalidade e Mês
4º Trimestre de 2025 – CPAC



Os recursos dos processos de contratações no período totalizaram R\$ 241.728,46 (duzentos e quarenta e um mil, setecentos e vinte e oito reais e quarenta e seis centavos), com a distribuição desse valor entre os tipos de contratações realizadas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

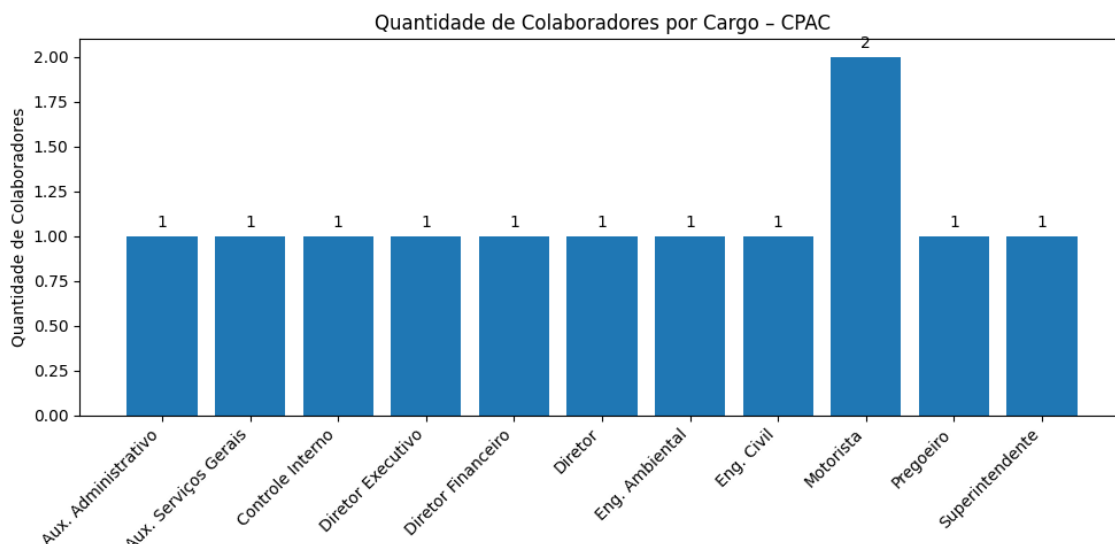


6 - BALANCETES

As informações relativas à execução orçamentária, financeira e contábil do 4º trimestre de 2025 foram devidamente enviadas ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), dentro do prazo regulamentar, por meio do Sistema SAGRES. Tal envio atende às exigências de transparência, controle externo e responsabilidade na gestão fiscal previstas na legislação vigente.

7 – SERVIDORES.

O quadro de cargos e funções tem uma estrutura organizacional enxuta e funcional, por 12 (doze) cargos ocupados, conforme demonstrado na relação de funções e no gráfico apresentado.



O gráfico acima demonstra a quantidade de colaboradores por cargo no âmbito do CPAC, evidenciando uma estrutura de pessoal predominantemente composta por funções ocupadas por um único servidor, com exceção do cargo de motorista, que conta com dois colaboradores.

8 – CONCLUSÃO

A análise da execução orçamentária, financeira e administrativa do Consórcio Público do Agreste Central – CPAC, no período avaliado, demonstra que a gestão foi conduzida de forma regular e em conformidade com a legislação vigente, com adequado controle da arrecadação e da execução das despesas, manutenção das despesas com pessoal em patamares inferiores aos limites legais, e realização das contratações necessárias às atividades institucionais, observadas as modalidades previstas em lei; a estrutura administrativa mostrou-se enxuta e compatível com a natureza do consórcio, não sendo identificadas impropriedades relevantes, conclui-se, portanto, que os controles internos foram satisfatórios, sem prejuízo do acompanhamento contínuo e do aperfeiçoamento permanente dos procedimentos adotados.

Por fim, este relatório visa subsidiar o Egrégio Tribunal de Contas com informações técnicas relevantes, reforçando o papel do controle interno como instrumento essencial à boa governança e à fiscalização da aplicação dos recursos públicos no âmbito do Consórcio Público do Agreste Central.

Fernanda Oliveira Góis Lima
Controladora Interna
Consórcio Público do Agreste Central – Sergipe (CPAC)

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DE CONTROLE INTERNO 4º Trimestre de 2025

Certifico, para os devidos fins, que o Consórcio Público do Agreste Central – Sergipe (CPAC) apresentou, no 4º trimestre do exercício de 2025, conformidade contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, em consonância com os preceitos legais vigentes, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), a Lei 4.320/1964, e as normas do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

As análises evidenciaram o cumprimento das metas fiscais, a regularidade das despesas com pessoal, a execução de pagamentos de restos a pagar com responsabilidade, bem como a manutenção de controles internos eficazes sobre patrimônio e almoxarifado.

Este certificado é emitido com base nas informações constantes no Relatório Trimestral do Controle Interno, elaborado pela Controladora Interna, Fernanda Oliveira Góis Lima, em janeiro de 2026.

Local e Data:

Ribeirópolis – SE, janeiro de 2026.

Fernanda Oliveira Góis Lima
Controladora Interna
Consórcio Público do Agreste Central – Sergipe (CPAC)